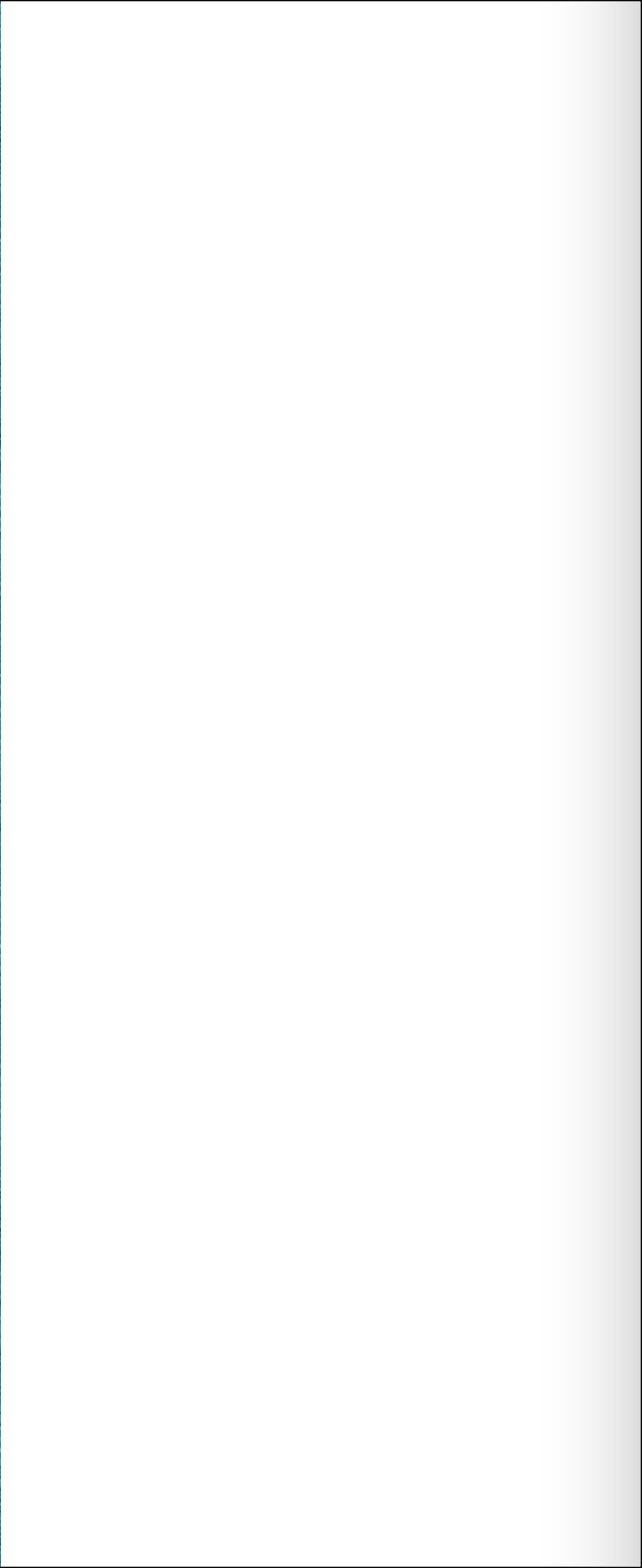


IMAGINÁRIOS DO MAR

UMA ANTOLOGIA CRÍTICA

VOL. 1





Esta obra foi submetida a um processo de avaliação por pares.

© 2020, IELT – NOVA FCSH

IELT – Instituto de Estudos de Literatura e Tradição

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa

Título	Imaginários do Mar Uma antologia crítica
© Autores	Carlos F. Clamote Carreto Joana Gaspar de Freitas Clara Sarmento Luís Sousa Martins
I.S.B.N.:	978-989-8968-04-3
Paginação	ACDPRINT
Design da capa	ACDPRINT
Edição	Maior de 2020

O IELT é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/ELT/00657/2013.

IMAGINÁRIOS DO MAR

UMA ANTOLOGIA CRÍTICA

VOL. 1

**Carlos F. Clamote Carreto
Joana Gaspar de Freitas
Clara Sarmento
Luís Sousa Martins
(editores)**



IELT
Lisboa
2020

O respeito pelo Acordo Ortográfico atualmente em vigor
é da única responsabilidade dos autores de cada artigo.

Índice geral

Imaginários do mar. Uma quase antologia	11
Carlos F. Clamote Carreto, Joana Gaspar de Freitas, Clara Sarmento	
ESTUDOS CRÍTICOS	25
Lavrar/navegar. O mar na tradição popular portuguesa	25
Ana Paula Guimarães, Joana Gaspar de Freitas	
Monstruos del mar y cultura del agua: recepción y proyección didáctica	53
Antonio Castaño Blanco, Aitana Martos García	
O pescado fresco marítimo, uma cautelosa encenação	71
Pedro Pereira da Silva	
A Nazaré como heterotopia cinemática: imagens e representações do mar e dos seus actores	95
Filomena Serra	
Nos longos caminhos do mar	121
Cláudia Faria, Graça Alves	
D´aquém e d´além mareas: as companhias de navegação no mar colonial português de novecentos	139
Maria João Castro	

FONTES DOCUMENTAIS	159
Imaginários do mar nos painéis dos barcos moliceiros da Ria de Aveiro	159
Clara Sarmento	
Mapas ROTEP sobre a Ria de Aveiro	215
Clara Sarmento	
Meu pescador, meu velho	225
Amaya Sumpsi	
Animais aquáticos na trilogia de Fausto Bordalo Dias	231
Nina Vieira, Rui de Carvalho Afonso	
O mar e o mobiliário em couro lavrado	243
Franklin Pereira	
Os aventureiros de Al-Lixbūnā	253
Natália Maria Lopes Nunes	
Roque Manuel de Arriaga, fotógrafo amador e amante da Nazaré	257
Filomena Serra, Joana Gaspar de Freitas	



Imaginários do mar. Uma quase antologia

Carlos F. Clamote Carreto

IELT – Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (FCSH – Universidade Nova de Lisboa)

Joana Gaspar de Freitas

IELT – Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (FCSH – Universidade Nova de Lisboa)

Clara Sarmento

IELT – Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (FCSH – Universidade Nova de Lisboa) e
Centro de Estudos Interculturais (Politécnico do Porto)

*Perante linhas que se despenham
Numa desarticulação cadenciada
Um pensamento, mesmo o mais trivial
Coloca-nos no centro de uma tempestade
[...]*

*Imagina que tudo isto ocorre antes do próximo Inverno
E mesmo ao escurecer estás diante do mar
O mar como nunca antes o viste*

(Mendonça, 2010: 230)

Há muito que o Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT, NOVA FCSH) explora em projectos de investigação de diversa índole o fascínio dos seus investigadores sobre temas e problemáticas ligados à água e ao mar, às suas configurações poéticas

e ressonâncias míticas. Os ritos, as lendas e as práticas culturais associados a estes elementos líquidos, à história ambiental dos espaços limítrofes, às margens que separam e unem terra e oceano, fluem no trabalho desenvolvido tanto no eixo de investigação sobre património cultural e imaginário simbólico como no eixo que explora as espacialidades da literatura. Não foi, por isso, surpresa que, em 2016, o IELT tenha passado a integrar a Cátedra UNESCO “O Património Cultural dos Oceanos”, sediada no Centro de Humanidades (CHAM, NOVA FCSH). Nesse momento, a ideia de um contributo específico relacionado com os imaginários do mar surgiu com naturalidade, aguardando apenas uma forma singular para dar corpo e substância a tal predisposição.

Atendendo à dimensão científica e pedagógica da Cátedra UNESCO “O Património Cultural dos Oceanos”, também o objecto a construir pelo IELT deveria destinar-se tanto a investigadores como a um público tão abrangente quanto possível, apresentando-se ao mesmo tempo como uma ferramenta de e para a investigação científica e como um recurso útil à prática docente. Pouco a pouco, neste ciclo de marés de trabalho e reflexão, começaram a desenhar-se – a impor-se, até – os contornos do objecto específico a ser gerado: uma antologia.

O projecto adivinhava-se simultaneamente simples e complexo, modesto e extraordinariamente ambicioso, guiando-se pelo princípio da abertura à heterogeneidade. A publicação em formato digital permitiria, desde logo, ligar à prática pluri – ou multidisciplinar de uma antologia o cruzamento de registos, fontes e metodologias de diversos campos epistemológicos, entre eles a História, a Etnografia, a Antropologia, a Literatura, a Sociologia, a Etnolinguística, os Estudos Culturais, a Arqueologia e o Património. A dimensão multimédia (ou hipermédia) possibilitou ponderar a compilação – no espaço uno, heterogéneo e pluridimensional do *e-book* – de documentos textuais e iconográficos, artes plásticas, vídeos, arquivos fotográficos e estudos críticos. A rota da jornada que assim se configurava tinha já um porto de partida: compilar, com a indispensável ajuda de investigadores provenientes de vários centros da NOVA FCSH, fontes documentais e recursos críticos passíveis de fornecer, mesmo que de forma caleidoscópica, os elementos constitutivos de um imaginário marítimo atlântico, entre a Idade Média e a época contemporânea.

Neste sentido, o projecto da presente antologia emergiu como susceptível de evidenciar as componentes fixas e variáveis de uma mitologia associada ao mar. Mas as questões que assim surgiram eram complexas, profundas como o oceano: de

que forma o mar é designado nos mitos topográficos? Que características – formais, imagéticas ou enunciativas – testemunham a sua dimensão matricial e criadora nos mitos cosmogónicos e etiológicos?¹ Como se organiza o mar, através de várias modalidades de representação, enquanto espaço fixo e móvel, em relatos de navegação, de ilhas, da sua dimensão iniciática e messiânica? Que rituais, crenças, lendas, provérbios e outras práticas culturais se ligam especificamente ao mar e à água, deixando transparecer a religiosidade associada às actividades marítimas, em ex-votos, orações, procissões, cerimónias, bênçãos, amuletos e imagens sagradas? Será possível esboçar uma arqueologia simbólica do mar, a partir dos vários planos que nessa massa informe se sobrepõem, em relatos de naufrágios, tesouros subaquáticos, ilhas e cidades submersas? De que modo a experiência no mar – enquanto percurso ordenado e providencial ou enquanto errância marcada pela deriva, pela adversidade dos elementos e pelo espectro da morte – influencia as suas representações culturais?

Diante do mar – essa “catedral profunda” e “presença ondulada do infinito” de António Ramos Rosa (1990) –, não é o vazio que se abre, mas sim um espaço saturado de sentido(s), um universo de possíveis, onde cada elemento real ou imaginado – a fauna, a flora, os ventos, as cavernas, os afloramentos rochosos, os monstros e outras criaturas maravilhosas – é constantemente reinvestido de novas significações. Nesta perspectiva, importa também questionar de que forma os novos imaginários marítimos, como a exploração turística ou as abordagens eco-económicas, colidem e urdem uma vivência do mar enquanto fonte de subsistência e espaço de resiliência, inclusive da própria tradição. Que espaço é esse afinal, onde, na fluidez do tempo e das águas, se cruzam petroleiros, naus, caravelas, cruzeiros, dóris, baleeiros, porta-aviões, rebocadores, fragatas e veleiros, transportando sonhos, anseios e visões diferenciadas do mundo? Todas estas questões apontam mais para mapas e derivas possíveis do que para respostas e rumos concretos, no âmbito de um projecto como este.

Com efeito, também nestes “Imaginários do Mar” a autoridade das grandes teorias cedeu lugar a uma análise próxima de questões como a contextualização, o significado da vivência social para os seus próprios actores e a explicação das excepções ao invés das regras nos fenómenos observados, problematizando tudo aquilo que permanecia

¹ Ver as propostas metodológicas apresentadas por Walter (2002: 1-33).

inquestionado enquanto facto ou certeza, enquanto base de sustentação dos paradigmas. Foi-se claramente impondo uma noção de *localização* enquanto contexto territorial de circulação do cultural e enquanto domesticação do espaço marítimo, através da produção de objectos simbólicos. Por isso, o grande debate gerado por este projecto desenvolveu-se em torno de questões de metodologia, de epistemologia, de interpretação e de formas de representação discursiva. No cerne da reflexão teórica, a problemática da descrição transformou-se na problemática da representação, pois os argumentos, as narrativas, os textos e as imagens etno-antropológicas encontram-se posicionados não só em relação a textos históricos e teóricos, mas também em relação a convenções ideológicas, textuais e retóricas que determinam a forma como a realidade é construída (Atkinson, 1994). As convenções textuais mereceram aqui uma análise crítica dentro do contexto cultural da sua produção e recepção. Porque a ambiguidade, a linguagem figurativa, a retórica, as circunstâncias, a interrogação dos significados, o exercício do poder e a multiplicação das vozes podem ser tão significativos como a informação directa, numa perspectiva que tanto se pode aplicar às temáticas aqui particularizadas, como à totalidade dos textos produzidos por uma cultura.

Para lá da impossibilidade de circunscrever – e muito menos mapear – o vasto e ilimitado universo relacionado com o oceano, este projecto antológico confrontou-se ainda com questões metodológicas seminais, a começar pela delicada delimitação das fronteiras morfológicas, sempre permeáveis, entre o mar e a terra. Por outro lado, sabemos que, por motivos geopolíticos e culturais específicos, o imaginário marítimo se deslocou frequentemente para uma paisagem continental. Muitas das propriedades simbólicas associadas ao mar foram, metonímica ou metaforicamente, transferidas para outros elementos aquáticos, como os lagos, as fontes e os rios. Por fim, aportamos na questão do critério de organização a seguir. Deveria ser temático, genológico ou cronológico? Deveria basear-se numa tipologia de fontes, com base numa selecção de materiais inéditos ou, porventura, de fontes menos conhecidas e comentadas? Todos estes critérios apresentam vantagens e, ao mesmo tempo, implicam riscos: o risco de uma excessiva segmentação; o risco de induzirem uma orientação prévia da leitura; o risco de criarem sobreposições ou redundâncias de vária ordem. Procurando não enclausurar os documentos em tipologias demasiado rígidas e redutoras, optámos, depois de analisados os materiais recebidos, por adotar dois critérios muito simples, flexíveis e abrangentes: dar prioridades às representações do Oceano Atlântico e dividir o *e-book* em duas partes, uma com fontes documentais porventura menos divulgadas e outra de textos críticos sobre o domínio

selecionado. Esta orientação foi colocada em prática sem prejuízo de outros volumes poderem vir a apresentar no futuro – em função da natureza da documentação que continuamos a recolher – uma configuração diferente ou a conferir uma extensão geo-semântica e morfológica mais ampla aos imaginários do mar.

A presente antologia é assumidamente uma tentativa de organização que espelha a dimensão sociocultural do discurso textual e iconográfico sobre o mar e a água, enquanto veículo de afirmação de uma identidade, de representação de um espaço, de um contexto, de uma vivência. Nos *Cadernos do Cárcere*, Antonio Gramsci (1994) afirma que o ponto de partida da elaboração crítica é a autoconsciência do sujeito enquanto produto do processo histórico que depositou nele toda uma infinidade de traços, sem deixar um inventário. Por isso, o inquérito cultural de Gramsci começa por elaborar um catálogo dessa amálgama complexa de traços históricos que dão forma ao presente. O imaginário histórico é a noção colectiva, heterogénea e frequentemente contraditória por parte de uma sociedade daquilo que a História significa. Não será tanto uma compilação de todos os discursos disponíveis, mas antes uma utilização selectiva de tais discursos. E é precisamente a heterogeneidade do imaginário histórico que faz do conceito de inventário de Gramsci uma ferramenta analógica tão interessante para este projecto.

Nas suas *Mitologias*, Roland Barthes (1997) busca também o discurso subliminar, o substracto ideológico que se esconde em textos não de um autor único, mas “da História”, num conceito próximo do imaginário histórico e do inventário oculto de Gramsci. Barthes defende que o inventário pode encontrar-se na forma como lemos os textos, contextos e metatextos à nossa volta, que reproduzem uma tradição e presumem uma audiência. Mesmo desconhecendo os autores desses textos, é possível reconhecer os seus desígnios e intenções de efeito. Cientes desta necessidade de contextualização, argumentamos nestes “Imaginários do Mar” que é necessário isolar o objecto de estudo e estabelecer com correcção as suas fronteiras, mas de modo a que estas não o desconectem de outros objectos, essenciais à sua inteligibilidade. Porque aqui, tal como em qualquer outro projecto de investigação, o estabelecimento de fronteiras deve ser dialéctico e flexível, ao invés de se basear nos dados puramente externos do objecto isolado.

E é precisamente nesta sempre incompleta completude, neste objecto acabado porque sempre inacabado por natureza e vocação, que reside o poder e o fascínio

exercidos por esta estranha e singular *forma* sem forma obrigatória, a que damos nome de antologia. Como na criação de uma biblioteca, de um arquivo, de uma colecção, o gesto antológico move-se por entre o impulso e a razão, a escolha consciente e o puro acaso, a ordem, a amálgama e a iminência do caos. E é, sem dúvida, por esta razão que, como lembrava Walter Benjamin (2000: 41-56), colecionar é sempre uma maneira de renovar o mundo.² Renovar o mundo criando uma nova ordem através de conexões surpreendentes e ininteligíveis ao olhar profano, de engendrar no leitor analogias e associações semânticas inéditas, pela simples copresença de formas e objectos distintos que passam a conversar entre si, como ecos próximos ou longínquos. A paixão de Benjamin pela colecção e a lógica secreta que preside ao seu ordenamento relembra ainda a enigmática organização da biblioteca do não menos enigmático historiador de arte Aby Warburg cujo modelo classificativo, sempre em actualização, seguia simplesmente a “lei do bom vizinho” (Saxl, 1986: 325-338; Didi-Huberman, 2002). Esta lei implica, segundo Helena Carvalhão Buescu (2013: 74-75),

a abertura a uma possibilidade de sentidos vários e muitas vezes insuspeitados, através das ‘afinidades electivas’ que a compatibilidade gera, que ela inventa entre os livros (ou textos, ou objectos de uma colecção [...]). A ideia de que podemos dialogar com a matéria através da *forma* que lhe damos é [...] decisiva neste contexto, e as suas implicações de felicidade equilibram, mesmo se por momentos, a consciência das forças caóticas que sempre irrompem para fazer regressar a matéria ao seu carácter informe.

Entre aventura errante – ampliada pela natureza hipertextual do *e-book* – e percurso balizado pelo espaço, entre reconhecimento e experiência do estranhamento, entre repetição e diferença, coerência e fragmento, forma e informe, unidade e multiplicidade/heterogeneidade de suportes, linguagens, registos e focos perspectivísticos, os “Imaginários do Mar” lançaram por fim âncora no porto desta antologia. A elipse e a lacuna, os imperativos da memória e do esquecimento, o impulso arquivístico e a consciência do efémero e do transitório moldaram a matéria (des)organizada, algo labiríntica e essencialmente incompleta desta (tal como de qualquer outra) antologia, assente numa epistemologia da abertura que implicará sempre um eterno recomeço.

² “Ich packe meine Bibliothek aus”, in *Die Literarische Welt* (1931). Utiliza-se a tradução francesa (Benjamin, 2000: 41-56).

A divulgação de uma chamada aberta para colaborações, ao contrário de convites seleccionados a colegas com trabalhos já conhecidos, tornou possível recolher todo um conjunto de textos e materiais que surpreendeu pela diversidade. Apesar da temática comum, as abordagens são variadas e não se fixam, como num primeiro momento se poderia pensar, na literatura e na história. O documentário, a fotografia, a música e as artes estão aqui representados, mostrando como o mar – vivido, pensado e imaginado – subjaz de tantas e diversas formas nas nossas vidas, práticas, leituras, conversas, políticas, sonhos e projectos. Tal como numa ilha se diz que o mar está sempre ali, basta contemplar o horizonte, também estes trabalhos mostram como o elemento líquido se estende muito além das suas margens físicas penetrando em outros domínios e territórios, em função da sua recepção, encenação, representação e projecção.

Vejamos então como se compõe esta obra dividida, como se disse antes, em textos críticos e fontes documentais:

Ana Paula Guimarães e Joana Gaspar de Freitas apresentam um texto sobre a dicotomia de um país, que se diz “nação de marinheiros”, mas onde o arado sempre teve mais peso do que os remos ou a vela. A tradição popular – os contos, as cantigas, as lendas, os provérbios – é dominada pelo lavrar dos campos e outras actividades rurais, sendo que as referências à arte de navegar são bem menos e estão muitas vezes associadas ao perigo, ao temor, à perda. O oceano foi o último espaço dos monstros e das maravilhas, através dele sulcaram os piratas que aterrorizaram as populações ao longo dos séculos e nele se geram as tempestades que vêm asso-lar a Península empurrando ventos e ondas contra os costados do país-jangada, impedindo a pesca, trazendo a morte aos que procuram o pão nas águas. Este oceano definiu um quotidiano secular marcado pela hibridez, onde os homens eram pescadores-lavradores, os bois puxavam as redes e as algas alimentavam os campos. Um mundo que se perdeu com a transformação recente da sociedade e a invasão das praias pelos banhistas-turistas.

De monstros marinhos nos falam Antonio Castaño Blanco e Aitana Martos García ao analisar o conceito de “monstro” e sua variabilidade de acordo com as culturas e as épocas históricas, das literaturas clássicas às tradições populares modernas. Nas páginas que escreveram vemos desfilar uma panóplia de seres complexos, nem bons nem maus, antes diversos nas suas caracterizações, capazes de espantar e/ou atemorizar, deuses, heróis, sereias, dragões, *genii loci*, que personificam as águas ou são

seus guardiões, representando diferentes papéis na eterna luta entre caos e cosmos ou natureza e civilização. Estas divindades e entes – Medusa, Hércules, Hidra, Leviatã, Frankenstein ou Moby Dick – fazem parte do imaginário colectivo e mesmo os mais antigos – provenientes das mitologias clássicas e bíblicas – constantemente se renovam e reinterpretam mostrando a sua plasticidade, moldando-se aos tempos e às circunstâncias, pondo em evidência como, na era da tecnologia, da Internet e do Twitter, os monstros e o maravilhoso continuam a ser necessários. Para provar isso mesmo, os autores construíram um reportório de monstros marinhos e sua representação na literatura, cinema e televisão. Não sendo uma listagem exaustiva – o que seria impossível –, são apresentados inúmeros exemplos, como a incontornável *Moby Dick*, o *Tubarão*, pesadelo de todos os banhistas, o crocodilo de *Peter Pan*, o Kraken de *Piratas das Caraíbas* e até os monstros que aparecem nas séries de desenhos animados, *Pokémon* e *Ben 10*. Este catálogo colorido de seres monstruosos revela bem como o mar é ainda hoje um espaço fecundo de entidades que alimentam a imaginação.

Além dos monstros, outros animais habitam as águas salgadas do grande oceano. Pedro Pereira da Silva apresenta um trabalho sobre o pescado e a sua utilização culinária desde a Antiguidade à actualidade. As questões que nele aborda são pertinentes: se o Mediterrâneo se estendia até onde chegava a oliveira, poderemos dizer que a influência do mar se prolongava até onde chegava o peixe? Isto porque durante séculos, a sua deterioração determinou e limitou o seu consumo nos pontos mais afastados da costa. Por outro lado, o pescado – ainda que conotado de forma negativa pelo local de onde provinha, o mar – entrou definitivamente na ementa dos cristãos, associado ao jejum e à penitência, por causa das restrições religiosas ao consumo de carne. Só bastante mais tarde, com a descoberta das modernas técnicas de conservação, especialmente do frio, e a mudança dos paradigmas alimentares, o peixe se converteu em alimento apreciado e muito valorizado, em particular se for fresco. O autor chama então a atenção para a encenação que rodeia a venda e aquisição deste produto exposto em bancas de mercado, onde se procura salientar que acabou de sair do mar – “vivilho da costa” –, ainda em cardume, por vezes com barcos e redes a compor a cena, anunciando a sua frescura, destacando a sua origem natural (por oposição aos alimentos processados, menos saudáveis), proveniente do elemento líquido vital, último reduto do mundo selvagem.

O comércio do pescado envolve hoje um *marketing* elaborado em resultado da importância que detém na alimentação. A pesca, contudo, é ainda uma actividade pouco

valorizada, estando associada a uma vida dura e precária. Apesar disso, há muito que os pescadores se tornaram também eles objectos de campanhas, instrumentalizados com fins políticos e propagandísticos diversos, ora como heróis, descendentes dos lusos descobridores de mares e continentes, ora como o rosto e corpo da pobreza, da miséria mais extrema, da dor e da perda. A Nazaré, vila piscatória, depois convertida em espaço turístico, é um dos melhores exemplos deste aproveitamento da figura dos homens e das mulheres que viviam da pesca transformados em cartazes de divulgação.

Filomena Serra fala-nos disso mesmo no seu texto sobre as representações do mar e dos habitantes da Nazaré na fotografia e no cinema, sob a lente de importantes nomes nacionais e estrangeiros – como Leitão de Barros, Artur Macedo Pastor, Eduardo Gageiro, Henri Cartier-Bresson, Agnès Varda e Stanley Kubrick – que ajudaram a construir uma “comunidade imaginada” ou “estereotipada”, como Serra se lhe refere citando outros. A qualidade cénica da paisagem, o trágico e o realismo das vidas vividas naquela praia, cativaram fotógrafos e cineastas que se fixaram nas desigualdades sociais e na dor – o manto negro das viúvas rodeadas dos filhos órfãos –, bem como no esforço colectivo de uma comunidade empenhada em tirar o seu sustento do mar, atarefada no puxar dos barcos, no amanhar das redes, na venda do peixe, na sobrevivência quotidiana.

A luta pelo pão de cada dia foi durante muito tempo a mais forte razão para que os homens se atrevessem a fazer-se ao mar. Na Nazaré, a praia era porto de partida e chegada, na Madeira muitos partiam sem nunca voltar. Cláudia Faria e Graça Alves apresentam alguns dos resultados do Projecto “Memória das Gentes que fazem a História” dedicado à diáspora madeirense. Numa ilha, o mar está em todo o lado, é um limite físico, mas é também (ou foi durante muito tempo) o único meio para chegar a outras paragens. Tal como no trabalho de Ana Paula Guimarães e Joana Gaspar de Freitas, também aqui se observa que o mar da literatura erudita, dos intelectuais, não é o mar dos que nele buscam o sustento ou viajam à procura de novas terras e oportunidades. Faria e Alves juntam testemunhos que falam de dor e saudade, da memória da ilha que se esbatia no horizonte à medida que o barco se afastava. Explicam as autoras que a viagem é o fio condutor destas histórias e que começava muito antes do embarque, com os preparativos e as despedidas. Seguia-se depois a travessia, durante a qual as recordações dos viajantes se prendem com as novidades vividas a bordo – a curiosidade perante o desconhecido – e “estranhamente não se fala de mar”. Porque, dizem as autoras, do mar não se fala, escreve-se, é coisa de poetas e pensadores.

Maria João Castro também nos traz um texto sobre viagens, mas numa perspectiva diferente, focando as grandes companhias de navegação portuguesas, as carreiras marítimas e os paquetes que ligavam Portugal às colónias. Começando por traçar a história e as vicissitudes das principais companhias de navegação, hoje extintas, a autora ressalta a sua importância no transporte de passageiros e efectivos militares, quer em tempo de paz quer em tempo de guerra. Bem como o papel que aquelas tiveram, enquanto cordão umbilical entre a metrópole e as províncias ultramarinas, na difusão de políticas coloniais – diversas consoante as épocas – consubstanciadas, por exemplo, nas viagens de soberania, que levaram chefes de estado e ministros às possessões portuguesas, e nos cruzeiros de férias às colónias ou à metrópole, iniciados em 1935, destinados a alimentar o imaginário colectivo e a fomentar a relação cultural entre as partes. De destacar ainda neste texto a análise que Castro faz da utilização pelo Estado Novo das frotas da marinha mercante para difundir e legitimar a sua visão imperialista, pondo a arte ao serviço da construção da grandeza da nação, na qual o mar é o caminho e o fio que conecta um Portugal disperso, mas unificado. Salientamos, dos muitos exemplos fornecidos pela autora, o cuidado colocado na decoração do *Infante Dom Henrique*, o maior, mais caro e mais moderno navio mercante, da frota colonial portuguesa, construído em 1961. As escadarias, bares e salas foram guarnecidos com obras de artistas portugueses, como o baixo-relevo *Lenda do Mar Tenebroso*, do escultor Amaral de Paiva, o políptico de Júlio Pomar, *Estaleiro das Naus*, e o painel de esmaltes, *Alegoria à Lenda dos Marinheiros*, de Ramos Chaves.

Para concluir esta primeira parte sobre os estudos críticos incluídos neste volume, chamamos a atenção para um comentário de Maria João Castro sobre a representação do mar na arte. Diz a autora que os artistas plásticos portugueses não pintaram o mar imperial, o dos navegadores, interessando-se mais pelo mar dos pescadores. As suas marinhas representam o mar visto da terra, a beira-mar, não o alto-mar. Castro explica que isto acontece porque a maior parte dos pintores contemporâneos nunca embarcou nesses navios que faziam a travessia. Curioso (ou talvez não...) o que vários autores aqui reunidos, sem se conhecerem entre si, vieram dizer sobre o tal “povo de marinheiros” que, apesar da história e da glória, parece ter sido mais inclinado a seguir o provérbio *Vê o mar e sê na terra*.

A segunda parte desta obra é dedicada a fontes documentais que permitem conhecer e caracterizar melhor os imaginários do mar. Assim, temos dois contributos de Clara Sarmento: o primeiro é sobre os temas dos painéis que ornamentam os

barcos-moliceiros, embarcações que na Ria de Aveiro recolhiam o moliço, utilizado para fertilizar os campos agrícolas da região. As imagens dos painéis – a partir de uma selecção feita pela autora – encontram-se devidamente contextualizadas pelo texto que as antecede. Neste, Sarmento explica que na diversidade de temas possíveis – políticos, religiosos, sociais, lúdicos ou jocosos – há uma predominância dos cenários aquáticos (marítimos ou fluviais), associados às características híbridas daquele espaço agro-marítimo, no qual o trabalho duro ao ar livre dá valor à existência das gentes da ria, mas é também sinónimo de dificuldades, miséria e perigo (da faina, sobretudo a marítima). O segundo contributo de Clara Sarmento, também sobre a Ria de Aveiro, remete para os mapas turísticos produzidos no âmbito do Roteiro Turístico e Económico de Portugal (ROTEP), entre 1938 e 1972. Os mapas propriamente ditos são acompanhados de textos informativos, ilustrados com fotografias, que fornecem indicações gerais sobre as regiões representadas. As principais localidades da Ria – Aveiro, Ílhavo, Estarreja, Vargos e Murtosa – são identificadas em função das suas características específicas – produções, romarias, zonas balneares. De destacar que as produções assinaladas são bem o reflexo do carácter híbrido da zona, pois as actividades agrícolas ombreiam com a pesca, a seca do bacalhau e a construção naval. O moliceiro surge nestes mapas associado a todas estas terras, enquanto símbolo de identificação dos imaginários marítimos locais.

Amaya Sumpsi traz-nos um trabalho único, uma longa-metragem, sobre a comunidade de pescadores de Porto Formoso, na ilha de São Miguel, Açores. O documentário foi filmado durante nove anos, sendo produto do convívio estreito da antropóloga com algumas das personagens que ali surgem, enquanto actores da sua própria história. O dia-a-dia dos homens e das mulheres de Porto Formoso organiza-se em torno da pesca, mas esta atravessa um momento-charneira, no qual os recursos parecem ser cada vez mais escassos e a modernização – a forma encontrada para resolver o problema – implica uma transformação profunda da paisagem – com a construção de um porto –, com a qual nem todos concordam. O filme destaca-se pelos seus intervenientes, que nele vivem as suas vidas, e pela narração de Sumpsi que vai explicando, enquadrando, comentando aquilo que se vê e ouve. Durante a visualização do documentário, ficaram-nos no ouvido três expressões que caracterizam essa relação única entre os homens do mar e o seu território, marcada por um conhecimento implícito dos frágeis equilíbrios em que se baseia toda a existência: “com o tempo, tudo se torna natureza”; “um peixe não é areia”; e “a natureza pega sempre naquilo que é seu”. O filme pode ser visto através do *link* disponibilizado.

Nina Vieira e Rui de Carvalho Afonso propõem uma leitura crítica das letras das músicas de Fausto Bordalo Dias, em busca de animais marinhos e aquáticos. Três dos álbuns do compositor foram inspirados na história da expansão portuguesa e têm por base os relatos das viagens de navegação e exploração. As descrições dos “outros mundos”, que se revelaram então aos portugueses, estão carregadas de exotismo, espanto e maravilha. Os animais, especialmente os que viviam na água – baleias, dugongos e hipopótamos –, vistos de relance, com parte significativa do seu corpo submersa, alimentaram o imaginário e reforçaram as histórias dos monstros – a *balea*, a mulher-peixe e o cavalo-marinho –, que habitavam as profundezas do mar e as águas turvas dos rios. Os autores confrontam as letras das músicas com as transcrições das fontes originais que as podem ter inspirado.

Franklin Pereira oferece-nos uma outra visão dos animais reais e míticos que povoavam o imaginário colectivo nos períodos históricos que se seguiram aos Descobrimentos. Pereira chama a atenção para a representação destes seres nos couros lavrados dos móveis de assento, ou seja, em cadeiras, produzidos em Portugal e no Brasil, nos séculos XVII e XVIII. Comentando um conjunto de imagens por ele seleccionadas, o autor identifica as épocas e as técnicas de decoração e os elementos marítimos presentes em algumas peças de mobiliário, pertencentes às colecções de museus nacionais e locais, portugueses e brasileiros. De assinalar a presença de sereias, tritões, baleias, peixes e conchas.

Falando ainda dos Descobrimentos, Natália Nunes recupera uma antiga história árabe, anterior à conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques, sobre um grupo de amigos que ousaram fazer-se ao mar para conhecer as maravilhas que nele houvesse e os seus limites. O Mar Tenebroso, com águas fétidas e correntes obscuras, era também povoado por ilhas misteriosas, com gentes estranhas. A viagem dos Aventureiros de Lisboa terminou com sucesso na costa magrebina. Esta narrativa mostra como muito antes das famosas viagens marítimas portuguesas já o mar atraía e seduzia as gentes, compelidas a explorar o que havia mais além. Esta e outras histórias, como a da viagem de S. Brandão, ajudaram a construir os imaginários geográficos que serviram de substrato às explorações que levariam os portugueses a outros mares e continentes.

Para finalizar, regressamos à Nazaré, observando-a sob a perspectiva de Roque Manuel de Arriaga que, nos anos de 1930, registou com a sua câmara a labuta das gentes daquela vila, que tinha a praia por centro do mundo. Esta colecção inédita de fotografias

é-nos trazida por Filomena Serra e Joana Gaspar de Freitas que, num primeiro estudo, analisam o trabalho deste fotógrafo-amador até agora pouco conhecido. As imagens, devidamente contextualizadas na época da sua produção, mostram uma Nazaré que se perdeu no tempo e uma comunidade reunida em torno de uma actividade comum. Homens, mulheres, crianças e animais juntam-se à beira-mar, palco da vida e da morte, lugar de partida e (nem sempre) de regresso, onde “as horas passam, moles, arrastadas... / A noite vem... Os botes sem chegar! / E um choro enche as casas desoladas” (Silveira, 2003: 156), num retrato outrora tão comum de um país que desde sempre foi “duma nesga de terra / debruada de mar” (Torga, 2003: 107).

Bibliografia

- Atkinson, Paul (1994), *The Ethnographic Imagination: Textual Constructions of Reality*, London and New York, Routledge [1990].
- Benjamin, Walter (2000), “Je déballe ma bibliothèque. Un discours sur l’art de collectionner”, in *Je déballe ma bibliothèque. Une pratique de la collection*, Paris, Payot & Rivages.
- Barthes, Roland (1997), *Mitologias*, trad. José Augusto Seabra, Lisboa, Edições 70 [1957].
- Buescu, Helena Carvalhão (2013), *Experiência do Incomum e Boa Vizinhança. Literatura Comparada e Literatura-Mundo*, Porto, Porto Editora.
- Didi-Huberman, G. (2002), *L’Image survivante. Histoire de l’art et temps des fantômes selon Aby Warburg*, Paris, Minuit.
- Gramsci, Antonio (1994), *Letters from Prison*, New York, Columbia University Press.
- Mendonça, José Tolentino de (2010), “Diante do mar”, in *A Noite Abre Meus Olhos (Poesia Reunida)*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- Rosa, António Ramos (1990), “O mar”, in *Facilidade do Ar*, Lisboa, Caminho.
- Saxl, F. (1986), “The History of Warburg’s Library”, in E. H. Gombrich, *Aby Warburg*, Oxford, Phaidon Press.
- Silveira, Pedro da (2003), “À maneira de Cesário Verde, propositadamente”, in José Fanha / José Jorge Letria (ed.), *Cem Poemas Portugueses sobre Portugal e o Mar*, Terramar, Lisboa.
- Walter, Philippe (2002), “Mythes et mythologie de la mer en Occident”, in *La Mythologie de la mer*, Okinawa, Presses de l’Université Internationale.
- Torga, Miguel (2003), “Pátria”, in José Fanha / José Jorge Letria (ed.), *Cem Poemas Portugueses sobre Portugal e o Mar*, Terramar, Lisboa.